

Governo volta a debater

idéia do choque

Saulo quer congelar, tarifas podem ser contidas e Delfim fala em plano Papai Noel

O salto da inflação em setembro levou algumas áreas do governo a discutir a possibilidade de um quarto choque. Fontes próximas ao Palácio do Planalto informam que o pacote, incluindo congelamento de preços e salários, pode ser baixado logo depois do segundo turno das eleições. O ministro da Justiça, Saulo Ramos, é um dos grandes defensores dessa medida. Na Fazenda, o ministro interino Paulo César Ximenes rebate frontalmente a hipótese de um novo congelamento. Ele insiste em que a inflação não escapou do controle e que os instrumentos convencionais de política econômica são suficientes para impedir a hiperinflação.

Ontem, em São Paulo, o ex-ministro Delfim Netto afirmou que é inevitável "um plano Papai Noel ou algo parecido", em seguida às eleições. Ele não acredita que os ministros da área econômica fiquem impassíveis diante da chegada da hiperinflação. "Antes de terminar a hiperinflação, termina o próprio governo", alerta. A política monetária, na sua opinião, não está conseguindo segurar a inflação. "A taxa de juros não representa mais nada", considera o ex-ministro. "É apenas um truque para impedir uma grande movimentação das aplicações financeiras." O ex-ministro Mário Henrique Simonsen também critica a política oficial de juros — ontem, o Banco Central fixou a taxa do overnight em 54%. "O governo deveria determinar as metas de política monetária e deixar a definição dos juros para o mercado. Mas faz exatamente o contrário." Calcula-se que manter o over acima de 50% desde sexta-feira representou um

acréscimo de quase US\$ 2 bilhões na dívida interna.

A estratégia do Ministério da Fazenda para superar essa fase de novo salto da inflação é a seguinte:

1) Maílson vai pedir ao empresariado colaboração direta. A idéia é conseguir o mesmo efeito da rodada de almoços e jantares de meados do ano. Ele próprio vai presidir as reuniões das câmaras setoriais — onde se discutirão os preços. Vai instalar aquelas que não foram instaladas e azeitar esse canal de diálogo. O governo vai pedir que os empresários contenham suas margens de lucro, dando uma cota de contribuição para o controle da inflação.

2) O ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, disse que o governo não poderá pedir sacrifícios aos empresários sem contrapartida. Assim, admite que o governo, nessas condições, não vai conseguir praticar o reajuste das tarifas públicas nos níveis que imaginava.

3) Fazenda e Seplan ainda não discutiram todas as implicações dessa política de contenção de tarifas sobre o nível de investimento das estatais em 90, que é equivalente NCz\$ 16 bilhões. A maior parte desses recursos viria de recuperação tarifária. O governo vai ter de encontrar outras fontes ou sacrificar o volume de investimentos.

4) Paulo César Ximenes garante que o governo vai continuar usando a política monetária como principal instrumento de controle da expectativa de inflação. "O mercado pode ter certeza de que as taxas vão ficar altas", disse Ximenes. Assegurou também que as taxas de câmbio e o BTN fiscal vão acompanhar a inflação. Segundo ele, essas três medidas vão garantir a remuneração da grande poupança que está no over e em outros ativos.

□ Mais informações sobre medidas econômicas na página 10

Cotação em baixa

Valor dos títulos da dívida brasileira - em centavos de dólar por dólar negociado no mercado secundário

